

CADERNO DE MEDIDAS

DA ACADEMIA PARA O PAÍS

ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS

2025

PREÂMBULO

Nos últimos anos, Portugal habituou-se a viver em ciclo eleitoral permanente. Depois de sucessivos atos eleitorais — legislativas, europeias, presidenciais, autárquicas — voltamos, mais uma vez, a ser chamados às urnas. Em pouco mais de três anos, tivemos dois governos legislativos que não cumpriram sequer metade da legislatura, com o país a enfrentar novas eleições em maio de 2025. A democracia representativa resiste, mas não sem custos: cresce a descrença nos partidos, nas instituições e até no próprio sentido do voto.

Encontramo-nos, ainda, a lidar com as consequências de um sistema político que tarda em estabilizar e de um país que continua a adiar as reformas estruturais que garantam futuro. E esse futuro tem rosto: é o da geração jovem, tantas vezes ignorada ou apenas instrumentalizada nos discursos, mas raramente ouvida de forma séria.

Os partidos políticos devem colocar os interesses da próxima geração à frente da próxima eleição, juntando esforços para garantir a governabilidade e a estabilidade política.

A Federação Académica do Porto assume-se como uma estrutura de liderança geracional. Não nos limitamos a acompanhar o debate político — fazemos parte dele. E neste documento apresentamos propostas concretas com metas até 2028, assentes em três pilares: Promover a Igualdade de Oportunidades, Valorizar o Ensino Superior e Garantir a Emancipação Jovem.



A realidade fala por si: uma família pobre em Portugal demora, em média, cinco gerações a ascender socialmente. A mobilidade social é das mais baixas da União Europeia. Os cursos com nota de entrada mais elevada são os que têm menos estudantes bolsiros. Metade dos estudantes recorrem a explicações privadas e um quarto frequenta o ensino privado. Estes dados ilustram o peso do contexto socioeconómico no acesso e sucesso educativo.

O Ensino Superior é uma ferramenta central para a transformação do país. Contribui para o progresso científico e tecnológico, para a inovação e para a formação de profissionais qualificados. É uma alavanca de desenvolvimento económico, social e cultural. No entanto, o seu pleno potencial continua por concretizar, com o subfinanciamento crónico das instituições e o sobre-esforço financeiro das famílias.

No que toca à emancipação jovem, Portugal apresenta números preocupantes. Cerca de 75% dos jovens ganham menos de 1.000 € e saem de casa dos pais, em média, apenas aos 29 anos. O país continua a perder milhares de jovens por ano para a emigração — entre 2019 e 2023, Portugal perdeu mais de 83 mil jovens entre os 15 e os 39 anos. Segundo o estudo “A Emigração de Jovens Portugueses Qualificados: Determinantes, Impactos e Medidas de Política”, promovido pela FAP, os principais fatores apontados para a emigração jovem são as dificuldades económicas, a precariedade, a fraca valorização profissional e o elevado custo de vida.

Esta realidade representa não só uma perda de talento, como um prejuízo económico e social para o país.

Portugal está a meio da execução do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ambos com objetivos ambiciosos e dotados de fundos significativos. Estas são oportunidades únicas para operar uma verdadeira transformação estrutural, mas nenhuma meta se cumpre sem vontade política. E nenhuma vontade política se constrói ignorando quem mais precisa de soluções. Chegou o tempo de dar voz à geração que recusa ser a primeira a viver pior do que a anterior. Valorizar o ensino superior e as políticas de juventude não pode ser uma nota de rodapé nos programas eleitorais — tem de ser um desígnio nacional.



**PROMOVER
A IGUALDADE DE
OPORTUNIDADES**

**CADERNO DE
MEDIDAS**

A Ação Social no Ensino Superior é, há décadas, um instrumento de justiça social e de promoção da mobilidade intergeracional, permitindo que milhares de estudantes, de contextos socioeconômicos mais frágeis, acessem e permaneçam no Ensino Superior. Desde o 25 de abril, o número de estudantes bolsheiros aumentou mais de 26 vezes, representando atualmente cerca de 17% dos estudantes inscritos.

No entanto, os desafios que se colocam a este sistema tornaram-se mais complexos e multifatoriais. O aumento do número de estudantes no Ensino Superior não foi acompanhado por um crescimento proporcional das soluções de alojamento, nem por uma resposta eficaz a novas necessidades, como o apoio à saúde mental, às necessidades educativas especiais ou à aquisição de materiais essenciais.

Hoje, o alojamento é o principal encargo para os estudantes deslocados, superando amplamente o valor da propina em ciclos de estudos de formação inicial. Por outro lado, o atual modelo de cálculo das bolsas de estudo revela-se desajustado face à realidade económica das famílias, sobretudo após os sucessivos aumentos do salário mínimo, levando à exclusão de estudantes que, apesar de não serem tecnicamente elegíveis, vivem em situações de grande vulnerabilidade económica.

O movimento estudantil tem vindo, de forma reiterada, a alertar para estas falhas, defendendo uma revisão profunda do sistema. O Governo anunciou em 2025 a intenção de proceder a essa revisão, tendo encomendado um estudo técnico com esse objetivo. Este processo, acompanhado da revisão do RJIES, consti uma

janela de oportunidade para implementar mudanças estruturais e reforçar os mecanismos que garantem o direito efetivo à educação superior.

OBJETIVOS PARA A LEGISLATURA:

- 1.** Reestruturar o sistema de ação social, com base nas recomendações do estudo técnico anunciado pelo Governo, com enfoque na justiça distributiva e na adaptação às novas realidades sociais e económicas.
- 2.** Reforçar os apoios à frequência e permanência no Ensino Superior, com destaque para as despesas de alojamento, saúde mental e necessidades educativas especiais.
- 3.** Eliminar medidas de eficácia duvidosa e redistribuir os recursos para políticas com maior impacto no combate às desigualdades no acesso ao Ensino Superior.

PROPOSTAS:

- Mantendo-se os termos de acesso em que o contingente prioritário para candidatos beneficiários do escalão A da ação social escolar se encontra estabelecido, propõe-se que este seja reforçado com mais vagas, aumentando de 2% para 4% por ciclo de estudos, ou no mínimo 2 vagas, sempre que o número apurado seja inferior à percentagem proposta.
- Descontinuar o prémio salarial pago aos jovens que concluem os estudos no Ensino Superior e que permaneçam a trabalhar em Portugal, redirecionando a verba correspondente para o sistema de ação social e para a expansão do Plano Nacional de Alojamento para Estudantes do Ensino Superior.
- Estabelecer uma linha de financiamento plurianual, com orçamento reforçado, destinada à celebração de protocolos entre Instituições de Ensino Superior e entidades privadas, públicas ou do setor social para reforço de camas para estudantes deslocados, garantindo-se maior segurança jurídica e estabilidade contratual.
- Atualizar o valor da bolsa de referência de 11 para, pelo menos, 13 IAS, para provocar um aumento real do valor das bolsas e como resposta às sucessivas subidas do salário mínimo nacional.



**VALORIZAR O
ENSINO SUPERIOR**



**CADERNO DE
MEDIDAS**

O reforço das qualificações da população constitui um vetor essencial para o progresso nacional. As economias que dispõem de uma população mais qualificada tendem a revelar maior produtividade e competitividade, tanto a nível europeu como global.

Nos últimos anos, tem-se verificado um aumento progressivo do financiamento destinado às Instituições de Ensino Superior (IES), sendo que o reforço previsto no Orçamento do Estado para 2024 representa o maior dos últimos dez anos. Todavia, o impacto da inflação, aliado à evolução das remunerações, continua a limitar significativamente a capacidade de investimento e de planeamento estratégico das instituições. No domínio da ciência, os dados mais recentes indicam que a despesa total em Investigação e Desenvolvimento (I&D) representa 1,73% do Produto Interno Bruto (PIB), permanecendo aquém do objetivo europeu de 3%.

As IES enfrentam, assim, um cenário particularmente exigente, marcado por uma aceleração tecnológica sem precedentes. Torna-se, por isso, premente uma reforma do sistema que permita reforçar a sua autonomia, eficiência e capacidade de planeamento, potenciando o seu papel na inovação pedagógica e na valorização e transferência do conhecimento para o tecido económico e social.

OBJETIVOS PARA A LEGISLATURA:

- 1.** Reforçar o papel estratégico do Ensino Superior enquanto pilar fundamental do desenvolvimento económico e social.
- 2.** Concretizar a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), promovendo maior autonomia institucional, governação democrática e resposta eficaz aos desafios emergentes.
- 3.** Alcançar o objetivo de investimento em I&D correspondente a 3% do PIB, contribuindo para o aumento sustentado da produtividade e competitividade da economia nacional.

PROPOSTAS:

- Aumentar a dedução à coleta de IRS estabelecida para as despesas com educação, de 30 para 40%, com um limite de 1.300€ por agregado familiar.
- Manter uma separação clara no sistema binário, garantindo critérios simétricos entre o sistema politécnico e universitário para a denominação de Universidade; reforçar a participação dos estudantes nos órgãos de governo e de gestão das instituições, assegurando uma representatividade superior à conferida a membros externos, e alterar o processo de eleição do Reitor ou Presidente, instituindo uma assembleia eleitoral representativa dos diferentes corpos da Academia.
- Manter o valor da propina máxima para os cursos de formação inicial fixado em 697€ e regulamentar o valor das propinas nos mestrados que constituem habilitação obrigatória para o exercício de profissões reguladas, promovendo a igualdade de oportunidades na frequência do Ensino Superior e no acesso ao mercado de trabalho.
- Reduzir a carga horária nos ciclos de estudo de formação inicial com o objetivo de implementar a semana de 4 dias no Ensino Superior, para promover uma melhor conciliação entre a vida académica, pessoal e profissional dos estudantes, bem como reforçar a autonomia no processo de aprendizagem.



**GARANTIR A
EMANCIPAÇÃO JOVEM**



**CADERNO DE
MEDIDAS**

Portugal vive um ciclo prolongado de emigração jovem qualificada, que representa não só uma fuga de talento, mas também um desperdício dos recursos públicos investidos na formação de milhares de jovens. Entre 2011 e 2021, cerca de 200 mil jovens emigraram, o que representou uma perda estimada de 18 mil milhões de euros para o país.

Este fenómeno não é apenas económico — é também social e político. O atraso na saída de casa dos pais, a precariedade laboral e o acesso limitado a habitação e serviços públicos de qualidade impedem os jovens de iniciar os seus projetos de vida de forma autónoma. Em média, os jovens em Portugal saem de casa apenas aos 30 anos, um dos valores mais elevados da União Europeia.

Simultaneamente, muitos jovens sentem que os seus percursos de vida não são reconhecidos nem valorizados no mercado de trabalho. Um em cada três trabalhadores entre os 25 e os 34 anos auferem menos de 1.000€, sendo que 75% dos jovens recebem abaixo de 950€ mensais. Esta realidade contrasta com o investimento pessoal e coletivo realizado na obtenção de uma formação superior.

A inversão deste ciclo exige uma abordagem estratégica e estrutural, assente numa política de juventude transversal, no reconhecimento da qualificação e na criação de condições que permitam aos jovens viver com estabilidade e dignidade em Portugal.

OBJETIVOS PARA A LEGISLATURA:

- 1.** Reduzir em 50% a emigração jovem qualificada até 2030.
- 2.** Elevar o salário real dos jovens diplomados, garantindo convergência com a média salarial da União Europeia.
- 3.** Diminuir em 3 anos a idade média de saída de casa dos pais.
- 4.** Aumentar significativamente a taxa de retenção de jovens no país após a conclusão do Ensino Superior.

PROPOSTAS:

- Celebrar um Pacto de Regime pela Juventude, que envolva os principais partidos com representação parlamentar, garantindo estabilidade e compromisso político em torno de políticas estruturais para as novas gerações, nas áreas da educação, habitação e emprego.
- Estabelecer um Programa Nacional de Valorização Jovem, com incentivos à contratação de jovens qualificados:
 - Isenção de TSU durante 3 anos para contratos sem termo com jovens até aos 30 anos, desde que com remuneração superior a 1.250€;
 - Redução da taxa de IRC para empresas com mais de 40% de trabalhadores jovens e com políticas de progressão salarial claras e transparentes.
 - Alargar a medida “Regressar”, dirigida a apoiar o regresso de emigrantes a Portugal através da isenção de 50% de IRS sobre rendimentos de trabalho, empresariais ou profissionais, para todos/as aqueles/as que se encontrem a residir fora do território nacional há pelo menos três anos consecutivos.

- Alterar o regime de isenção do IRS Jovem para que os trabalhadores-estudantes não sejam penalizados no acesso ao benefício, contando-se o período de isenção a partir da entrega da primeira declaração de IRS sem ser dependente, ou a partir do primeiro ano após a conclusão de licenciatura ou mestrado.
- Reforçar o acesso à habitação para jovens, duplicando a dotação orçamental do Porta 65 Jovem, criando um novo regime de renda apoiada para jovens deslocados/as e aumentando a percentagem de habitação pública de 2% para 5%.

